

## Más notícias vindas de Washington

Nesta edição o *PT Notícias* mergulhou de cabeça no assunto que mais tem gerado apreensão no país: o novo acordo do Brasil com o FMI.

No jornal vocês encontrarão a avaliação do depoimento dos ministros tucanos no Senado, as consequências do novo acordo, as opiniões dos petistas e economistas.

Neste sentido, republicamos material utilizado em encartes do *PT Notícias* produzidos para as discussões sobre o Plebiscito da Dívida Externa que explicam o que é o FMI.

Matéria produzida pela *Resenha da Internet*, na página 7, apresenta relato das mobilizações que estão sendo organizadas para o dia 29 de setembro, em Washington, por ocasião da reunião conjunta do FMI e Bird.

Além das matérias produzidas pela nossa

redação, o jornal oferece aos seus leitores a opinião das chapas ao Diretório Nacional sobre o Fundo, as consequências do novo acordo e as propostas de mudança de rumo.

A ausência do texto da chapa Democracia, Solidariedade e Luta decorre do fato de que até a data do fechamento desta edição não havíamos recebido artigo.

Temos também neste jornal entrevista com os seis candidatos à presidência nacional do PT.

José Fortunati, Tilden Santiago, Júlio Quadros, Markus Sokol, Raul Pont e José Dirceu, os presidenciáveis do PT, estão exaustos, porém satisfeitos. Têm viajado pelo país apresentando suas propostas e idéias.

Antes do debate em São Paulo, os candidatos falaram ao *PT Notícias* sobre suas impressões a respeito do PED e dos debates que participaram.



# PT Notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO V Nº 107 — DE 19/8 A 4/9/2001



## Acordo com FMI faz país piorar

**E**stamos novamente às voltas com o remédio amargo que o FMI prescreve para os países que o procuram com o pires na mão. O ingresso de US\$ 15 bilhões de empréstimo do Fundo pode até ocasionar um alívio imediato, mas as regras que ele impõe trazem sérios prejuízos para o país”, declarou Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o novo acordo com o FMI.

Para o líder petista, “não há dúvida de que o novo empréstimo do Fundo acabará empurrando o país para a recessão, o desemprego e uma maior redução da arrecadação fiscal. Essa é a fórmula ideal para matar o crescimento da nossa economia. Uma maneira perversa de manter o Brasil subordinado aos credores externos. O governo FHC continua, portanto, no rumo errado”.

### PIOR PARA O BRASIL

O ritmo de atividades do Brasil será menor a partir deste ano e no ano que vem, com aumento da recessão e do desemprego. A previsão nada otimista é do economista Guido Mantega, professor de economia da FGV e membro do grupo de economia do Instituto Cidadania, sobre o acordo fechado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Um acordo com o FMI sempre causa recessão para o país e este acordo fechado agora vai provocar uma redução dos gastos sociais e dos investimentos, situação agravada por uma taxa de juros elevada, que inibe também os investimentos privados”, declarou Guido Mantega.

Pelo acordo fechado com o FMI, o Brasil terá de ampliar seu superávit de R\$ 36 bilhões para R\$ 45,7 bilhões, o que descarta definitivamente qualquer possibilidade de investimento em áreas sociais e mesmo na infra-estrutura do país para incentivar o desenvolvimento da economia. Afeta o que os economistas chamam de fundamentos da economia que em resumo é o próprio pulsar econômico do Brasil.

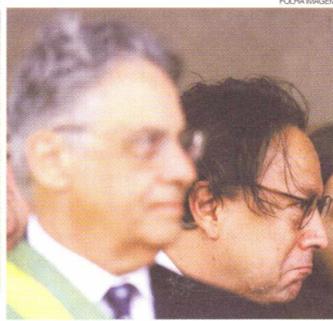
Guido Mantega dá um exemplo das consequências do acordo com o FMI fechado pelo governo: o crescimento da dívida pública. “Este ano a dívida pública vai fechar em R\$ 700 bilhões, o que representa 54% do PIB (Produto Interno Bruto). É um recorde histórico”, alerta o economista.

### EXPLICAÇÕES NO CONGRESSO

A pedido da senadora Heloisa Helena (PT-AL), os ministros Pedro Malan (Fazenda) e Martus



Aplicador exemplar das ordens do FMI, o ministro Pedro Malan fica bravo quando questionam sua política neoliberal



Tavares (Planejamento) e o presidente do Banco Central Armínio Fraga foram ouvidos pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no dia 14 de agosto.

Os representantes do governo apresentaram as mesmas justificativas oferecidas no dia 7 sobre por que o Brasil fechou acordo de US\$ 15 bilhões com o FMI.

Para a senadora o Executivo está fazendo propaganda enganosa, “pois faz parecer que com o acordo o Brasil receberá US\$ 15 bilhões do FMI quando na verdade terá pouco mais de US\$ 2 bilhões, e ainda assim, sem garantia de que este dinheiro será convertido em real”, alertou.

Segundo Pedro Malan, até o final do segundo trimestre deste ano o governo acreditava que poderia concluir o atual programa com o Fundo, que termina em 1º de dezembro, sem a necessidade de prorrogação ou de um novo acordo. Mudanças no cenário externo e interno acabaram levando o governo a rever essa posição e recorrer ao FMI.

Heloisa avalia que o depoimento serviu para “absolutamente nada” e que a prática dos tucanos continua a mesma, “de tratar o Congresso como mero anexo arquitetônico do Palácio do Planalto”. “O governo não explicou quais serão as contrapartidas do acordo. Não tivemos conhecimento do memorando técnico das condicionalidades”, falou a senadora.

A opinião do líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), não é diferente. “Não houve nada de novo”, afirmou. “O que ouvimos foi que o governo do Brasil vai novamente se submeter ao receituário ortodoxo do FMI que gera as consequências que já conhecemos”, comentou Dutra.

Além disso, alerta, são inexistentes as garantias que resolvem os problemas do país, pois o que virá será a continuidade do que está aí: cortes sociais, aumento das dívidas interna e externa, arrocho e paralisia dos

serviços prestados pelas prefeituras e governos estaduais.

Para o senador, a ida dos representantes do governo ao Congresso não muda nada. “Eles continuam tratando o Congresso como cartório onde depositam seus acordos e não temos poder para mudar nada”, lamentou.

“O acordo com o FMI precisa ser esclarecido nos mínimos detalhes para que o Congresso Nacional não continue à margem das negociações internacionais do Poder Executivo”. Esta é a justificativa do deputado federal petista Paulo Rocha (PA) para a convocação do ministro Pedro Malan e do presidente do Banco Central Armínio Fraga para explicar o acordo do Brasil com a instituição financeira internacional.

A Comissão de Economia e a da Amazônia da Câmara os convocou para explicarem, além do acordo com o FMI, a medida provisória que estabelece o programa de fortalecimento das instituições financeiras federais e que cria a empresa gestora de ativos. A convocação é assinada pelos deputados petistas Aloizio Mercadante (SP), Virgílio Guimarães (MG), Babá (PA) e Paulo Rocha (PA), mas ainda não há data definida para ocorrer.

### PT divulga nota técnica sobre acordo do Brasil com FMI

A liderança do PT na Câmara dos Deputados divulgou nota técnica sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A nota assinada pelo assessor da Liderança do PT na Câmara, Josué Pellegrini, diagnostica a vulnerabilidade da economia brasileira revelada pelo acordo. Segundo os dados da nota, a supervisão do FMI sobre a economia brasileira deve sustentar os compromissos do país até o fim deste mandato deixando o “governo que toma posse em 2003 sem os recursos a que o país tem direito como cotista do FMI, eventualmente em meio a uma crise cambial”.

## O que é o FMI

**E**m 1944, a Segunda Guerra Mundial ainda não havia acabado. Mas já estava claro que o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) havia perdido para os Aliados (Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra).

Portanto, embora o conflito militar continuasse, os governos já discutiam o pós-guerra. E um dos principais problemas era como organizar a economia, uma vez que todos sabiam que tanto a Primeira quanto a Segunda Guerra mundiais foram uma consequência - para alguns direta, para outros indireta - da disputa entre os grandes países capitalistas.

Com o objetivo de discutir o funcionamento da economia no pós-guerra, 44 países enviaram ao todo 700 representantes para uma grande reunião, iniciada em 1º de julho de 1944, na localidade de Bretton Woods, situada nas montanhas de New Hampshire, Estados Unidos.

Na abertura da Conferência, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Morgenthau, falou da “criação de uma economia mundial dinâmica, na qual os povos de cada nação terão a possibilidade de realizar suas potencialidades em paz e de gozar mais dos frutos do progresso material, numa Terra benzida por riquezas naturais infinitas”.

Por trás dessas belas palavras, estava o interesse dos Estados Unidos em garantir o “livre comércio”, sem barreiras para seus produtos, num momento em que era o único país do Norte a dispor de excedentes de mercadorias. Os Estados Unidos queriam, também, facilitar seus investimentos no estrangeiro e acesso livre às fontes de matérias-primas.

Os principais participantes da Conferência de Bretton Woods foram os Estados Unidos e a Inglaterra (cuja delegação foi chefiada pelo célebre economista Keynes). A delegação brasileira era presidida pelo ministro da Fazenda A. de Souza Costa, e composta por Francisco Alves dos Santos Filho, diretor de câmbio do Banco do Brasil, Valentim Bouças, do Conselho de Economia e Finanças, e Victor A. Bastian, diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul, além de três personagens que moldariam a economia brasileira, na época da ditadura militar: Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos.

O Acordo de Bretton Woods, assinado no dia 22 de julho de 1944, tratava de três assuntos: sistema monetário internacional, regras comerciais e planos de

reconstrução para as economias destruídas pela guerra.

Hoje, não existe mais o mundo desenhado naquele Acordo. Mas continuam existindo duas instituições criadas pela Conferência de Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que começou a funcionar em 1º de março de 1947, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, mais conhecido como Banco Mundial), que instalou-se em 27 de dezembro de 1945.

Supostamente, o Bird foi criado para financiar projetos de recuperação e construção da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico. Já o FMI teria a função básica de fornecer recursos financeiros, tal como um banqueiro de última instância, para aqueles países que apresentassem déficits nas contas externas, decorrentes de conjunturas internacionais adversas.

Na prática, tanto o FMI como o Banco Mundial ganharam importância com a crise da dívida externa, nos anos 80, quando emprestaram ou autorizaram empréstimos apenas para os países que se dispuseram a adotar programas de ajuste de corte neoliberal.

Tanto o FMI quanto o Banco Mundial são dirigidos por um “Comitê de Governadores”. Cada país é representado por um governador. Teoricamente, os governadores elegem o presidente do Banco Mundial, porém, na prática, o presidente do Bird é sempre um cidadão dos Estados Unidos, escolhido pelo governo norte-americano. Já o diretor-presidente do FMI é tradicionalmente um europeu. No dia-a-dia, o Banco Mundial e o FMI são conduzidos pelos diretores-executivos.

O dinheiro do FMI vem dos 182 países-membros, entre os quais o Brasil. Evidentemente, manda no Fundo quem tem mais dinheiro investido: no caso, os Estados Unidos e os outros grandes capitalistas. O Brasil e os demais países hiperpopulosos pesam muito pouco: no FMI, prevalece a democracia do dólar.

### FMI: distribuição de votos por países membros

- EUA 17,8%
- Alemanha 5,4%
- Japão 4,2%
- Inglaterra 6,2%
- França 4,5%
- Outros países desenvolvidos 17%
- Rússia e outros países ex-socialistas 7,1%
- Países em desenvolvimento (exceto o Brasil) 36,32%
- Brasil 1,48%

FONTE: Encarte PT Notícias - Plebiscito da Dívida Externa - 2000

CHAPA: **10** POR UM SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

## Um novo projeto para o Brasil

Temos visto o neoliberalismo demonstrar esgotamento. Este modelo gerou ondas de crise pelo mundo atingindo economias com graus distintos de desenvolvimento. Para a maioria dos países, a integração ao mercado global deu-se de forma subordinada e os acenos distributivistas e de bem estar social dos neoliberais acobertaram a guerra de interesses econômicos e coloniais. A consequência disso são continentes inteiros (África, a América Latina e a maior parte da Ásia) assolados pela miséria e pelo desemprego. Milhões de pessoas estão sem projeto viável de sobrevivência.

No entanto, sabemos que o capitalismo é muito dinâmico e capaz de se revitalizar criando novas formas de afirmação de seu domínio. Atualmente, vemos dois mecanismos que o capital tenta utilizar para manter seu império diante da crise neoliberal. O primeiro deles é a política econômica que tem como instrumentos de abrangência planetária o FMI e o Banco Mundial. Através destes organismos são postas em prática políticas econômicas que atrelam nações inteiras aos interesses econômicos de poderosos grupos capitalistas. O segundo mecanismo é a política

comercial que se utiliza da constituição de blocos envolvendo economias locais. Neste caso, temos para a América Latina a Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), cujo objetivo é a imposição dos interesses comerciais norte-americanos para todo o continente.

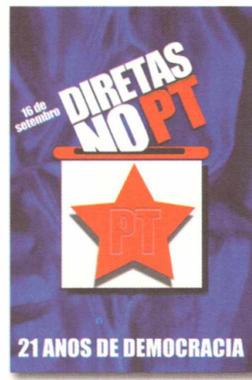
Somos contra a Alca por entendê-la como uma imposição que levará ao atrelamento econômico e comercial do Brasil aos interesses dos EUA. Defendemos o rompimento dos acordos com o FMI porque impõem o ajuste fiscal que serve tão somente para assegurar recursos ao capital especulativo em detrimento à capacitação do Estado como impulsionador da economia nacional e gerador de políticas públicas sociais. Tanto a Alca como os acordos com os organismos financeiros internacionais comprometem o futuro, a independência e a autonomia da nação.

Somos também pela suspensão do pagamento da dívida externa. Defendemos uma auditoria e, se ainda se constatar que continuamos devendo, que se faça uma renegociação em novos patamares evitando o comprometimento da nossa economia. Na verdade, tanto o rompimento com a política econômica e com a

política comercial internacionais, como a suspensão e a renegociação da dívida interna, são necessários para preservar a soberania nacional. Não podemos mais continuar entregando nossas riquezas àqueles que historicamente têm espoliado nosso povo.

No nosso entendimento, os trabalhadores brasileiros estão desafiados a derrotar definitivamente o projeto neoliberal, este modelo que resulta na concentração de renda, na privatização do patrimônio público, na desarticulação das políticas sociais, na desestruturação do mercado de trabalho e no aumento da exclusão social. É preciso iniciar a construção de um novo projeto para o Brasil, validando a afirmativa de que “um outro mundo é possível”. Entendemos que a edificação deste novo projeto nacional não é possível sem o rompimento com os paradigmas internacionais do capitalismo.

É preciso um Estado capaz de, com controle social, intervir nos setores estratégicos da economia. Um novo projeto nacional exige uma estratégia de desenvolvimento voltado às pequenas e médias empresas, ao fortalecimento da agricultura, especialmente de regime familiar e com reforma agrária. O Estado



deve cumprir papel regulador e impulsionador da economia. Deve promover a participação popular, a transparência administrativa e políticas sociais públicas que atendam às demandas e às necessidades da população.

Precisamos derrotar FHC e construir um governo popular no Brasil. A vitória da esquerda nas eleições municipais de 2000, a realização do Fórum Social Mundial e o clamor pelo fim da corrupção são sinais de que precisamos construir um outro país. Cabe ao PT mobilizar o melhor de suas energias para viabilizar uma real alternativa de poder.

## ASSINAM

**Marcelino Pies**, membro do Diretório Nacional e candidato a presidente do PT-RS; **Ivar Pavan**, deputado estadual (RS) e Líder do Governo na Assembleia Legislativa; **Valdeci Oliveria**, Prefeito de Santa Maria (RS); **Waldomiro Fioravante**, deputado federal/RS; e **Marco Maia**, secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (RS).

## Democracia e participação no PED

“Um momento importante e rico na vida partidária”. Essa é a avaliação do secretário nacional de Organização do PT, Silvio Pereira, sobre o Processo de Eleições Diretas (PED) do partido. Segundo Pereira, o PED garantirá maior discussão e participação dos filiados. “Até agora, com os debates já realizados (17/8), estiveram presentes cerca de dez mil militantes”, contou.

O dirigente explica que este universo é a soma dos eventos ocorridos em âmbito zonal, municipal, estadual e nacional. Isso sem contar todos os materiais produzidos (Caderno de Teses, edições do PT Notícias, site do PED), que são instrumentos importantes de democratização das idéias em debate e das informações sobre a disputa.

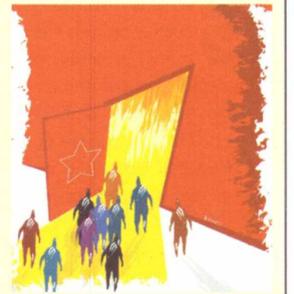
Petistas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e São Paulo já participaram dos debates entre candidatos à presidência nacional do PT e ainda ocorrerão mais três debates em capitais (Salvador, Belém e Recife). Vitória, Aracaju, Maceió, João Pessoa, Natal, Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco, Goiânia e Palmas sediaram debates entre as chapas ao DN.

A previsão de participação no processo eleitoral é de 350 a 400 mil filiados. Apesar de haver uma

grande quantidade de filiados participando, Pereira apela para que as direções se engajem na organização dos eventos do PED, mobilizem suas bases e integrem suas lideranças e parlamentares nas atividades.

“A avaliação é positiva, porque mesmo com pouco tempo nos debates, tem sido possível mostrar à militância o que está sendo discutido e apresentado, tanto pelos candidatos como pelas chapas”, falou Silvio. O PED, na avaliação do secretário, está dividido em duas fases. A primeira se encerra com a eleição, no dia 16 de setembro, das direções e teses. A segunda fase, para Silvio, é a do aprofundamento do debate político, com a preparação dos encontros.

“Estamos confiantes que o PT sairá do PED com outro patamar organizativo, novas direções, com um cadastro nacional atualizado e com a participação política ampliada. Desde o I Congresso não há mobilização interna tão intensa”, comemora.

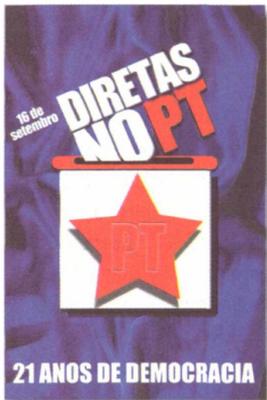


Entrevista com os presidenciais

## 1 Como superar a crise social? Qual deve ser a estratégia do PT?

CAND.: **11** JOSÉ FORTUNATI

Com uma mudança de paradigma, isto é, um giro completo na relação do estado com a sociedade. Estruturando políticas públicas potentes para reverter o quadro de atrofia do Estado, que deve intervir para subordinar políticas e investimento, inclusive o privado, a melhoria dos indicadores sociais. Um choque de democracia acompanhando este aumento de poder do Estado, garantindo aumento de oportunidades, distribuição de renda, desconcentração do poder, e também legitimidade ao processo de reorientação da economia para atender as carências das grandes populações urbanas. O PT precisa indicar isto com clareza, assumindo com coragem o desafio de propor esta saída brasileira e autônoma.



CAND.: **21** TILDEN SANTIAGO

Existe um sentimento comum, difuso em todas as camadas sociais, que é chegada a hora do PT. A diminuição da rejeição a Lula é um sintoma de que a sociedade brasileira já absorve, sem maiores sobressaltos, palavras como socialismo, distribuição de renda, emprego, salário e reforma agrária.

Não podemos falhar. A população brasileira não agüentaria mais uma frustração. Temos que ter a sabedoria de jamais prometer mais do que poderemos realizar, nem propor menos do que o povo espera de nós. Temos que, junto com a sociedade civil, implementar um programa de mudanças que invertam as prioridades e promova, em quatro anos de governo, a inclusão social de todos os brasileiros que estejam abaixo da linha da pobreza.

A retomada do crescimento, a criação de empregos e a prioridade para o mercado interno devem nortear nossos esforços. Um governo petista deve destinar grandes recursos para as áreas de saúde, saneamento, educação e obras para gerar um surto desenvolvimentista que gere renda, emprego, esperança e vida para a população brasileira.

CAND.: **31** JÚLIO QUADROS

As eleições de 2002 vão ocorrer num contexto de profunda crise econômica, social e política, cujas causas são variadas: desde a política neoliberal até a crise estrutural do capitalismo.

A crise não conduzirá, espontaneamente, a uma vitória da esquerda. Para que isso ocorra, é preciso que o PT sintonize sua linha de campanha com o estado de ânimo da população.

Segundo pesquisa CNI/Ibope: 50% dos entrevistados acham que o socialismo deveria ser implantado no Brasil; 49% advogam que o governo deveria estatizar as empresas particulares de determinados setores estratégicos; e 78% opinam que o Brasil precisa de maior presença do Estado na economia. A população reconhece as causas de suas dificuldades. Um programa de esquerda precisa se alicerçar nestas questões. Esta é a base de que partimos para disputar o governo na perspectiva de disputar o poder, acumulando forças para nossa luta pelo socialismo. O desafio é criar um ambiente favorável à radicalização e à polarização, apostar na luta de massas e na disputa aberta de programas.

CAND.: **41** MARKUS SOKOL

Há uma brutal crise social. Pelo apagão, a CNI anunciou 800 mil demissões. Fábricas já dão férias coletivas, trabalhadores rurais bloqueiam estradas e servidores federais entram em greve.

O governo fez um novo acordo com o FMI que traz mais cortes, taxação dos inativos da Previdência e a aceleração das privatizações. O custo de FHC continuar um ano e meio é de mais R\$ 55 bilhões de “superávit primário”. Quer dizer, mais cortes e arrocho sobre Estados e municípios, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que joga nossos prefeitos e governadores contra as demandas populares.

Então, dá para aceitar que FHC continue mais um ano e meio empurrando o Brasil para um desastre como o da Argentina? O povo brasileiro tem que suportar isso, ou cabe ao PT tomar uma iniciativa?

Este é hoje o debate. Senão, é divagar sobre programas. Temos que traduzir a resposta que damos para a aguda crise atual. E não se trata de uma batalha de “palavras de ordem”.

Mas de encontrarmos juntos, na direção do partido, um meio de ajudar todo o povo a expressar seu sentimento: - Não é possível que FHC continue mais um ano e meio!

CAND.: **51** RAUL PONT

O principal instrumento para unir a esquerda e constituir um amplo movimento de massas para derrotar o bloco no poder é o programa democrático e popular. É a superação do padrão de desenvolvimento, das estruturas sociais e das relações políticas que condenam o país à dependência e à tutela do capital financeiro e do FMI.

Daí tem resultado uma das mais revoltantes distribuições de renda do mundo; a condenação do mercado interno à estagnação, dos camponeses ao monopólio da terra, dos operários ao desemprego e à superexploração, das camadas médias ao empobrecimento. Nossa vitória significa construir uma nova hegemonia política social, criando as condições para a disputa pelo poder na sociedade brasileira com a participação política democrática de dezenas de milhões de pessoas. Este programa será realizado em confronto com a classe dominante e seus aliados dos oligopólios financeiros e do grande capital. O programa parte das nossas experiências de governo – democracia participativa – e das demandas das lutas de massas e de suas entidades.

CAND.: **61** JOSÉ DIRCEU

Promover um choque de distribuição de renda, por meio das reformas tributária, política e agrária. As políticas de inclusão social exigem a recuperação do salário mínimo; tolerância zero com a fome com a ampliação da produção e distribuição de alimentos; prioridade à educação pública, com ênfase na universalização e na qualidade, fomento ao conhecimento e ao ensino profissionalizante com programas de bolsa-escola, associados ao atendimento integral das crianças pobres e implantação de programas de renda mínima.

Enfatizar a implantação universal do sistema único de saúde, com destaque à medicina preventiva, programas como médico de família e garantia de acesso aos remédios e ao atendimento hospitalar; uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança, com estratégias definidas, em parceria com os governos estaduais e municípios, incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional.



## Comissão nacional define cores de cédulas

*Elas serão usadas onde não houver votação eletrônica*

A Comissão nacional do Processo de Eleições Diretas (PED) definiu no dia 13 de agosto as cores das cédulas que serão utilizadas nos locais onde não houver urna eletrônica. Serão utilizadas quatro cores: as cédulas utilizadas para as votações da instância nacional serão verdes; para as votações estaduais, amarelas; nas

instâncias municipais, brancas; e, para os zonais, a cor será azul. O sistema de urnas eletrônicas será adotado nas capitais, zonais, municípios com mais de mil eleitores e alguns outros municípios, definidos pela Comissão do PED, entre 500 e 1.000 filiados; nos demais lugares serão utilizadas cédulas de papel.



## Debate do PED em Teresina é adiado

Foi adiado o debate entre as Chapas do Processo de Eleições Diretas do PT, previsto para ocorrer em Teresina na última sexta-feira. No dia 17 de agosto é comemorado o aniversário da capital piauiense. Ainda

não há definição sobre a próxima data em que representantes das chapas nacionais vão discutir suas teses.

Confira abaixo tabela com datas dos debates do PED em outras cidades.

TABELA DOS DEBATES		
DATA	PRESIDENTES	CHAPAS
24/8 SEX	Salvador	Florianópolis
25/8 SÁB	_____	Curitiba
30/8 QUI	Belém	_____
31/8 SEX	Recife	Manaus
1º/9 SÁB	_____	Boa Vista

Entrevista com os presidentes

## CHAPA: 20 UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL

# A bomba relógio do novo acordo com o FMI

A vulnerabilidade externa do Brasil é um resultado da aventura consumista lançada pelo Plano Real. Após a estabilização pela via rápida da sobrevalorização da moeda nacional, as importações quase triplicaram e o endividamento externo das empresas privadas decolou. O resultado tem sido um imenso déficit de transações correntes, que já acumula mais de US\$ 200 bilhões de dólares desde 1994. Como os investimentos continuaram estagnados, ao contrário do que esperavam os neoliberais do Ministério da Fazenda, essa montanha de dólares foi simplesmente consumida, não contribuindo em nada para o aumento da capacidade produtiva do país.

Para piorar a situação, após a maxi-desvalorização do início de 1999, as entradas de investimentos diretos estrangeiros perderam-se nas fusões e aquisições de empresas privadas brasileiras e privatizações de empresas estatais de serviços públicos. O crescimento do endividamento externo, que mais que dobrou no período, e a desnacionalização da estrutura produtiva elevaram o passivo externo líquido para US\$ 420 bilhões, gerando uma

permanente pressão para pagamento de juros, royalties, licenças e envio de lucros para o exterior.

A atual valorização do dólar no Brasil não é resultado apenas do refluxo dos investimentos diretos estrangeiros e dos empréstimos da banca internacional. Ou mesmo do iminente colapso da desafortunada Argentina. Decorre do acúmulo de erros crassos na condução da política econômica desde o Plano Real e através dos dois mandatos fernandinos.

Não querendo atuar sobre as razões estruturais da crise, o governo repete mais uma dose do veneno e recorre ao FMI para fechar as contas externas até o final de seu mandato. Negociou um acordo de US\$ 15 bilhões, sendo que US\$ 13,8 bilhões são liberações novas e US\$ 1,2 bilhões oriundos do acordo atual. Os desembolsos estão programados para setembro/2001, março/2002 e junho/2002. Ainda, o FMI diminuiu a exigência sobre as reservas líquidas externas, que era de um mínimo de US\$ 25 bilhões, para US\$ 20 bilhões.

Como é típico do FMI, novas condicionalidades foram exigidas no acordo, principalmente fiscais. O superávit primário nas contas públicas foi recalibrado para

3,35% em 2001 e 3,5% em 2002. Um aperto adicional no arrocho fiscal que acumulará, no período de 1999 a 2002, R\$ 155 bilhões de superávits primários. Isso em um país em que o desemprego triplicou nos anos 90 e onde 55 milhões de pessoas estão abaixo da linha de miséria e a fome é endêmica. Um superávit para nada, pois o próprio acordo prevê que a dívida pública líquida chegará até R\$ 750 bilhões em setembro de 2002. É bom lembrar que foi de R\$ 60 bilhões, no início o primeiro mandato de FHC.

Os espíritos que se acalmaram com o gesto de "confiança" do FMI, continuam a bradar que o real está subvalorizado. Mas o dólar teima em subir, podendo chegar a R\$ 2,70 até o final do ano, não porque os mercados são surdos ou ingratos, mas porque seus assessores fazem contas e já perceberam que o empréstimo do FMI não fecha o buraco externo até o final de 2002. Eis a bomba relógio: o acordo termina em dezembro de 2002, mas as contas continuarão profundamente desequilibradas e tensionadas pelos estoques do passivo líquido externo, da dívida líquida externa e da dívida pública interna.



A dívida externa já se aproxima de US\$ 240 bilhões e é majoritariamente privada. Auditar e renegociar a dívida externa pública é fundamental para recuperar as condições de crescimento econômico e de gasto público. E, a médio prazo, é necessário recuperar a capacidade exportadora do país e também de produção interna, por meio de uma forte substituição de importações.

O tucanato continua a soprar pelos ventos que o desequilíbrio externo é fruto do desconforto dos mercados com a possibilidade de vitória da esquerda. É infinito o cinismo oficial, pois teima em divulgar a versão de que a crise é de expectativas e não de falta de fundamentos para a estabilidade macroeconômica, criada pela própria política econômica do governo FHC. Os irresponsáveis e incompetentes gestores públicos tucanos não admitem o que é óbvio para todos: sua própria culpa.

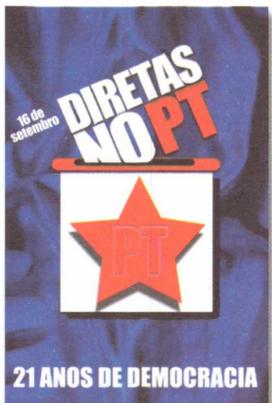
ASSINAM

**José Dirceu**, deputado federal (SP), presidente nacional do PT licenciado; **Aloizio Mercadante**, deputado federal (SP); e **Antônio Prado**, economista, professor do Departamento de Economia da PUC/SP.

## 2 Quais devem ser os eixos programáticos do PT para 2002?

CAND.: 11 JOSÉ FORTUNATI

Habitação, segurança alimentar e trabalho são prioritários para a recuperação do caos urbano, além de serem carências históricas. Como as ações para enfrentá-los são simples, deverão ser destacados. A montagem de rede pública, a exemplo da saúde e da educação, é fundamental, assim como a integração destes três temas para assegurar qualidade de vida. As garantias sociais, como trabalho estável, remuneração digna, previdência são imprescindíveis para recuperar a solidariedade entre os indivíduos e a sua confiança no futuro. A observância da ética e o respeito pelo direito complementando o conjunto darão estabilidade para as relações sociais e segurança para os indivíduos.



CAND.: 21 TILDEN SANTIAGO

A ética, a geração de emprego e renda e o resgate da dívida social. A sociedade brasileira nos vê como um dos últimos baluartes pela luta contra a corrupção no país. Devemos radicalizar nesta prática. O PT deve ter canais diretos com a sociedade e os cidadãos, interagindo no sentido de banir de vez toda a forma de corrupção na política brasileira. A criação de mecanismos de participação popular, em todos os níveis, permitirá que a sociedade fiscalize, participe, se sinta representada e responsável por todas as nossas ações governamentais.

A geração de emprego e renda permitirá a inclusão gradativa ao mercado de trabalho e ao consumo de uma legião de brasileiros hoje considerados de segunda classe. Este seria um primeiro e gigantesco passo para o resgate da dívida social a nos ser legada por sucessivos governos, particularmente pela incompetência arrogante de FHC. Em seguida temos que promover diversas revoluções moleculares no tecido social brasileiro. Saúde, educação, transporte e moradia deverão ser prioritários em nosso programa.

CAND.: 31 JÚLIO QUADROS

Superar a dependência externa, a falta de democracia e a desigualdade social: estes devem ser os três eixos programáticos de nossa campanha em 2002. Para superar a dependência externa, precisaremos abandonar as negociações da Alca, romper com o FMI, suspender o pagamento e realizar a auditoria da dívida externa e construir uma nova política de relações internacionais.

Para superar a desigualdade social e a falta de democracia, precisamos transferir renda, riqueza e poder - hoje concentrados no imperialismo, no latifúndio e no capital monopolista - para os demais setores da sociedade, principalmente para os trabalhadores. Isso exigirá quebrar o monopólio privado da mídia e construir uma rede pública de comunicação; exigirá colocar sobre controle público o setor financeiro, interrompendo a derrama promovida pela dívida pública interna; exigirá reestatizar as empresas estratégicas que foram privatizadas ao longo dos anos 90; exigirá um programa radical de reforma agrária e urbana, bem como de ampliação da oferta de serviços públicos.

CAND.: 41 MARKUS SOKOL

O eixo do programa é a da ruptura com o FMI, cancelando o pagamento da dívida externa que, aliás, já foi paga várias vezes sem que o povo jamais tenha sido consultado a respeito.

O estabelecimento da soberania nacional, pela via da democracia, isto é, por meio da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, é decisivo para dar ao novo governo condições para trabalhar pelo atendimento das reivindicações populares. O que inclui:

- Fazer a Reforma Agrária, base do desenvolvimento nacional e garantia do consumo popular. Terra para quem nela trabalha.
- Reestatizar as empresas privatizadas, instrumento para uma política industrial nacional. Reverter as demissões e terceirizações.
- Defesa da educação pública e gratuita. Reduzir as mensalidades nas escolas pagas. Reverter a municipalização do ensino. Verba pública só para escola pública.
- Revogação da LRF e todas as reformas impostas pelo FMI.
- Pagar a dívida do FGTS. Reajustar os salários, começando pelo funcionalismo público. Garantir um salário mínimo nacional digno. Nenhuma demissão, fim do Banco de Horas.

CAND.: 51 RAUL PONT

Paralelo ao acúmulo de lutas sociais e em defesa dos interesses comuns dos trabalhadores, das lutas pela soberania nacional contra a Alca, da incorporação das reivindicações de setores sociais discriminados e ou oprimidos por condições de gênero e raça é necessário, simultaneamente, uma proposta de reorganização do Estado brasileiro segundo princípios de inspiração socialista, isto é, a partir de uma visão não liberal de democracia, assentada na ampliação de direitos - especialmente os do trabalho - na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa. É a partir disso que poderemos construir um novo modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentável, de crescimento com distribuição de renda e redução das desigualdades regionais.

Deve ser pensado no interior de uma nova cultura internacionalista anti-capitalista, apoiada nas lutas das classes trabalhadoras e nas indicações do Fórum Social Mundial.

CAND.: 61 JOSÉ DIRCEU

O programa democrático e popular de esquerda deve articular os eixos social, democrático e o nacional. Deverá promover inserção internacional soberana do Brasil, crescer de forma sustentada e superar a exclusão social.

A ruptura com o modelo neoliberal deve impulsionar um amplo mercado de consumo de massas e universalizar as políticas sociais básicas. Precisa resolver de vez o drama histórico da concentração de renda e riqueza. A estrutura produtiva deve ser mudada, assegurando ao Estado a capacidade de financiar políticas sociais e de desenvolvimento. A centralidade do social exigirá a democratização da propriedade, com uma profunda reforma urbana que garanta habitação e acesso aos serviços públicos e uma ampla reforma agrária e apoio à agricultura familiar. O fim da violência no campo e da impunidade do latifúndio é compromisso do novo governo.

Recuperar a soberania do Brasil, renegociar a dívida externa, não aceitar os termos dos acordos com o FMI serão prioridades na política internacional.



CHAPA: **30** QUE O PARTIDO CUMpra O MANDATO

## Mais um ano e meio de FHC-FMI?

R\$ 55 bilhões de cortes é o custo de mais um ano e meio de governo FHC

Com a divulgação do último acordo de FHC com o FMI, a nação soube que em Washington se decidiu fazer um “esforço fiscal extra” até dezembro de 2002. Na verdade, um arranjo para garantir mais um ano e meio para FHC.

Desde janeiro de 1999 até junho de 2001, FHC arrancou R\$ 100 bilhões de superávit fiscal para servir aos banqueiros. Superávit, aqui, é dinheiro desviado de saúde, educação, salários, investimento em energia, setor público em geral.

A engrenagem, explicada por ela mesma

O último “Memorando de Política Econômica”, acertado entre FHC e o FMI (29/03/01), descreve como: “A melhoria do superávit primário do setor público concentrou-se fora do governo central”, devido ao “ritmo mais lento do programa de privatização”.

Ocorre que “o superávit primário dos Estados mais do que dobrou” e “o superávit primário dos municípios também quase dobrou”, comemora o Memorando. Isso, explica, “tornou-se possível a partir da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, o governo já concluiu acordos de reestruturação de dívidas com cerca de 180 municípios (incluindo o município de São Paulo e o

do Rio de Janeiro), o que, juntamente com a aplicação sistemática da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá contribuir para a manutenção da disciplina fiscal”.

Assim, “a maioria dos Estados e municípios deverá continuar seus esforços no sentido de reduzir seu endividamento e suas despesas com pessoal como proporção das receitas, em conformidade com os requisitos da LRF. Alguns Estados deverão também promover esforços adicionais no que se refere à privatização de suas empresas, incluindo os setores de energia e de utilidade pública, assim como de bancos oficiais”.

Mas como isso agrava a miséria e arrisca a explosão social, ao FMI e FHC convém também “a criação de um fundo de alívio (sic) para a pobreza de R\$ 3,1 bilhões, o qual deverá centrar-se em programas de apoio à renda vinculados à educação”, conhecidos como bolsa-escola.

Ai está: como há resistência às privatizações se descarrega o ajuste sobre os Estados e municípios, sobre os governados pelo PT, como o Rio Grande do Sul e a capital paulista, para dar exemplo de “disciplina” na aplicação da LRF. E como “compensação social”, tome bolsa-escola...

### Outra dose não!

Agora, a continuação do governo FHC por mais um ano e meio, pelo novo acordo, significará os R\$ 41 bilhões de superávit previsto mais R\$ 14 bilhões “extra”, somando a bagatela de mais R\$ 55 bilhões, a serem arrancados do couro dos brasileiros.

55 bilhões que dariam para construir 2,18 milhões de casas populares em todos os Estados do país!

Mas serão 55 bilhões cortados dos serviços públicos, mais privatizações e arrocho sobre Estados e municípios. Ou alguém tem dúvida de que FHC, nesse ano e meio, vai querer fazer tudo que lhe ordenam de Washington?

Tudo contra o que luta o povo brasileiro. Milhares de trabalhadores e pequenos proprietários rurais que bloquearam estradas federais para obter verbas. Centenas de milhares de servidores federais que entraram em greve contra um sétimo ano de reajuste zero.

Nesta situação é preciso uma iniciativa.

FHC não tem o direito de ficar mais um ano e meio negociando a Alca às costas do povo, nem de matar de fome os servidores aposentados com a taxaço dos inativos.

Mais um ano e meio de FHC significa levar as



prefeituras e governos estaduais do PT à impossível situação em que, engessadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são jogadas contra as reivindicações pelas quais o povo votou no PT.

“O melhor caminho”

As chapas “Que o Partido Cumpra o Mandato” abriram uma discussão sobre isso. Não é uma questão de “palavra-de-ordem”. Não estamos no II Congresso do PT, o momento é muito mais grave. A ameaça da situação da Argentina está aí mesmo!

O problema é o que o próprio PT pode fazer para ajudar o povo e as administrações na insuportável situação para a qual FHC quer arrastá-los. Um companheiro no Rio disse que “se em 15 dias o povo sai às ruas, então o melhor caminho é terminar com esse governo”.

Sim, porque não é possível agüentar mais um ano e meio de FHC!

ASSINA

Que o Partido Cumpra o Mandato!

## Presidenciáveis avaliam PED positivamente



Em São Paulo, mais de 1.300 petistas participaram do debate entre os candidatos a presidência do partido

Quase dois meses de campanha. Viagens, debates, discussões, corpo-a-corpo com a militância. Os seis candidatos à presidência nacional do PT estão cansados, mas com muita disposição para lutar por apoios até o dia 16 de setembro.

O vereador de Porto Alegre José Fortunati acredita que o PED será responsável por uma nova dinâmica que, segundo ele, “vinha sofrendo com a lógica internista, que afasta os militantes. O PED está sacudindo o PT, os filiados estão tendo mais espaço para discussão”, falou.

Para Fortunati os debates têm surpreendido. “Tem sido positivo. Esses encontros atraem muitas pessoas e os debates são muito qualificadas. Em Belo Horizonte foi preciso fechar as portas do

auditório – que era imenso – pois não cabia mais ninguém”, contou.

“Nós, da Chapa 60, nos sentimos vitoriosos porque tentamos impedir uma reflexão interna que as outras teses não têm. Este é o momento correto para esta discussão”. Fortunati espera que a riqueza destes debates – que não se atém somente à conjuntura, mas também aos problemas e debilidades do partido – não se esgote com o PED. “Espero que tenhamos uma nova dinâmica daqui para frente.

### Militância sacudida

Deputado federal por Minas Gerais, Tilden Santiago admitiu que tinha uma expectativa ruim com relação ao PED. “Imaginava que seria uma eleição de grife, apenas para homologar a hegemonia já existente. No transcorrer dos debates descobri que fizemos um bom debate político, que sacudi a militância.

Tilden contou que, por onde passou, o nível dos debates tem sido muito bom. “E também há a boa recepti-

CHAPA: **40** UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL. UM OUTRO BRASIL É URGENTE

## FMI: pior para o país

No interior de uma estratégia desastrosa, a assinatura do novo acordo com o FMI foi um êxito para o governo. Ganhou algum tempo de relativa tranquilidade (ou de menor intranquilidade) para manter sua política, que é péssima; logo, as consequências serão ruins para o país. A chamada “vulnerabilidade externa” do país não será reduzida; pelo contrário, continuará a aprofundar-se. Afinal, ela resulta do agravamento da dependência, e de uma política que torna o país refém permanente dos aplicadores financeiros internacionais. Uma e outra são reforçadas pelo novo acordo.

De todo modo, as perspectivas econômicas para este ano e para 2002 não são nada brilhantes. Os efeitos da crise energética ainda não se fizeram sentir plenamente; tudo indica que a evolução do quadro internacional continuará adversa.

Tudo caminha para que nas próximas eleições o quadro seja radicalmente diferente do de 1994, e mesmo do de 1998. Em 1994, o sentido profundo da orientação de política econômica que estava sendo posta em prática não era percebido pela população; a única coisa que se via era a baixa espetacular da inflação,

e era grande o desejo de que isto se consolidasse. Em 1998, muitos problemas já eram visíveis; mas havia ainda na maior parte da população um resto de esperança de que o governo ainda pudesse consertar as coisas – e, afinal, a inflação continuava baixa... Em 1994, e mesmo em 1998, a economia foi o grande trunfo eleitoral do governo; em 2002, ao contrário, deverá representar seu ponto mais fraco.

O PT e toda a oposição terão a oportunidade de apresentar suas alternativas para um eleitorado favoravelmente predisposto a ouvi-las. E é possível dizer que duas grandes opções se colocam. A primeira, a de aparecer sugerindo “correções” no modelo do governo FHC, sem coragem de bater de frente com a sua orientação. Pode ser chamada de “linha De la Rúa”. A segunda, a de uma crítica radical a toda a orientação econômica e política posta em prática por este governo FHC, às ideias neoliberais, e a defesa de uma linha completamente diferente.

Nesta opção não caberiam meias palavras. Uma mudança de rumos não será fácil e precisará contar com a compreensão e o apoio da sociedade para se viabilizar: por isso será necessário explicar claramente ao povo tudo o

que está acontecendo. Por exemplo, será preciso deixar claro que, ao ampliar de forma agressiva a desnacionalização da economia e tornar o país cada vez mais subordinado aos humores e interesses dos especuladores internacionais, o governo estava, de fato, favorecendo a reversão do país ao estatuto de colônia. Não se trata de um exagero; a eventual implantação da Alca teria exatamente este significado, e por isto deve ser combatida.

É claro que um esforço especial teria de ser realizado para deixar claro o papel do FMI. Esta instituição tem agido de uma maneira tão abertamente contrária aos interesses dos diversos países que “apóia” que até economistas razoavelmente conservadores (como Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs, Paul Krugman) têm criticado sua atuação. O FMI concede empréstimos e mobiliza recursos de outras fontes muito mais para evitar as perdas dos especuladores do que para “ajudar” algum país (basta observar o que está acontecendo com a Argentina, país que se destacou nos últimos anos pela estrita obediência às condições e recomendações do FMI).

Com relação à dívida externa, um futuro governo democrático e popular

Um novo Mundo é possível



Um novo Brasil é urgente

deixar claro que não aceitará pacificamente sua legitimidade: devemos questionar seu montante (em particular o que resulta da capitalização dos juros) e os juros previstos. A partir desta colocação, a dívida externa pública será renegociada, e poderão ser implementadas medidas como a suspensão de seus pagamentos e a realização de auditoria (que constavam do programa da candidatura Lula em 1994).

Um governo popular com relação ao FMI e à dívida externa deverá se considerar parte ativa do movimento de oposição ao neoliberalismo (e ao capitalismo) que vem crescendo no mundo, e sua política internacional será, portanto, afinada com ele.

ASSINA

Um novo mundo é possível. Um outro Brasil é urgente



Entrevista com os presidenciáveis

## 3 Qual deverá ser a política de alianças do PT nas próximas eleições?

CAND. **11** JOSÉ FORTUNATI

O PT deve ser rigoroso, pois vivemos uma crise ética profunda no Brasil. O PT em nenhum momento fez concessões ou admitiu ser esta crise uma ocorrência normal da política, e, pelo contrário, denuncia e combate com determinação aqueles que aceitam essa ideia. É por isso que o PT explicita com clareza seu programa e seus compromissos, pois está certo de que isto é o melhor antídoto para a crise. Desta experiência o PT deve deduzir os dois requisitos para definir a sua política de alianças: a estrita observância da ética e o compromisso com um programa comum. A política do PT deverá avaliar todas as possibilidades que se apresentam aplicando escrupulosamente estes dois requisitos.

O PT deve buscar alianças no primeiro turno tendo a sabedoria de não fechar portas para a possibilidade de consumá-las apenas no segundo. Quer dizer, não devemos tratar o segundo turno como terra arrasada, tipo “vem quem quiser”. Penso que quanto mais politizada for esta questão, desde agora, mais fácil será a obtenção de apoios no segundo turno e no futuro governo.

Nossa busca de alianças deve se nortear por princípios, pela história pregressa dos aliados e pelos seus compromissos com a transformação da sociedade.

A luta contra o neoliberalismo nos mostra um aliado tático. A busca do socialismo nos coloca diante de um parceiro estratégico. Temos que saber separar o aliado eleitoral do aliado político e trafegar entre ambos. Fundamentalmente esta é uma questão que não deve se restringir aos caciques e aos marqueteiros. A participação das bases, com o devido respeito à posição das minorias, nos dará o norte partidário para construirmos alianças que não comprometam nossos propósitos de mudanças radicais na sociedade.

CAND. **21** TILDEN SANTIAGO

Em 2002, o PT disputará a presidência da República, os governos estaduais, o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas. Precisamos realizar uma campanha nacional, articulada por dois objetivos: acabar com o governo FHC e o neoliberalismo; e sustentar os futuros governos democráticos e populares. Nossas alianças devem estar a serviço desses objetivos. No primeiro turno, faremos alianças programáticas com os partidos de esquerda, rejeitando alianças com os partidos que integram a base do governo FHC e com os partidos de direita. Alianças estaduais devem estar condicionadas ao apoio à candidatura presidencial do PT. Será a nitidez programática que nos possibilitará atrair e negociar, no segundo turno, o apoio dos chamados setores de centro. A política de alianças não deve ser pensada apenas para vencer as eleições, mas para mudar radicalmente o país, o que exigirá uma política de mobilização social. Também por isso, nossa principal aliança tem que se dar com os movimentos sociais, com a classe trabalhadora.

CAND. **41** MARKUS SOKOL

A política de alianças deve ser baseada nesta plataforma de soberania nacional e democracia, aberta para todos setores dispostos a romper nos fatos com o FMI. O PT deve abrir a discussão com base neste critério. O PT não pode correr o risco de se ver num governo FHC sem FHC, com políticos que falam uma coisa no palanque, mas no governo privatizam, demitem, reprimem e fazem a guerra fiscal.

Foi a atual política de aliança nacional com PDT, PSB, PPS e ainda setores do PMDB e outros, que levou ao acordo com o PDT no Rio Grande do Sul, assim como a absurda intervenção no Rio para impor Garotinho, então no PDT, ou apoiar Lessa do PSB em Alagoas, ou entrar no governo Itamar em Minas Gerais.

Nos três casos, vista a recusa de quase todas tendências no II Congresso, foi necessário que a militância expressasse sua revolta para pressionar o PT a retirar-se desses governos, muitas vezes com um alto custo político.

É hora de rever o aliancismo sem porteira que desfigura o PT, para buscar no povo, por meio da democracia, o apoio para governar.

CAND. **51** RAUL PONT

A política de alianças do PT é no campo popular e socialista. Não contemplando os ditos “setores” éticos ou progressistas do PMDB ou do PSDB. Esta foi a grande lição das vitórias eleitorais de 2000. Foi a confirmação da vitória no RS em 1998 quando fomos ao segundo turno, atraindo o PDT, contra todos os partidos do centro e da direita. Na busca da hegemonia política do campo popular e socialista devemos priorizar - além dos partidos - os movimentos sociais organizados, como os sindicais, comunitários, estudantis e juventude, trabalhadores sem-terra e da produção familiar e dos pequenos empreendedores urbanos e rurais. Esta é a base social que garantirá apoio e legitimidade a um programa claramente anti-neoliberal. É com essa base social que poderemos neutralizar ou ter acordos pontuais com os partidos de centro, por meio de pressões e disputas, típicas de uma sociedade pluralista. O instrumento básico para estabelecer a relação com os movimentos sociais organizados de trabalhadores e pequenos empreendedores é a democracia participativa.

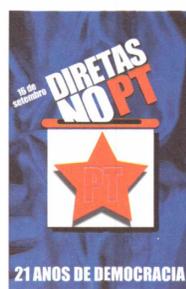
CAND. **61** JOSÉ DIRCEU

Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e ao modelo neoliberal, com base em um programa alternativo. Além de um programa capaz de agregar amplos setores sociais e produtivos, o PT precisa ter um candidato que seja a síntese de nossas trajetórias e de nossa proposta de mudança e que seja capaz de liderar uma vasta mobilização intelectual, científica, artística e social. É preciso criar, se possível, condições para uma aliança no primeiro turno das eleições presidenciais. Papel fundamental exercerão as alianças em nível estadual, não somente para elegermos um número significativo de governadores e ampliarmos nossas bancadas no Senado e na Câmara, como também para viabilizar novos apoios no segundo turno das eleições presidenciais.

## 4 Como vê um futuro governo popular ?

CAND. **11** JOSÉ FORTUNATI

Vejo com esperança e também com grande preocupação. Preocupação por causa dos imensos desafios que enfrentaremos tanto pela dimensão dos problemas como pela falta de referências e de experiências que nos sirvam de orientação segura. Haverá também a hostilidade dos inimigos internos e externos que certamente nos moverão um combate violento. Por outro lado teremos a oportunidade inigualável de convocar a maioria dos brasileiros para a tarefa histórica da construção do Brasil - para ser respeitado no mundo, para dar dignidade ao povo, com democracia e com governo. E se superarmos tantos desafios poderemos estar próximos de constituir uma referência da qual hoje tanto carecemos.



CAND. **21** TILDEN SANTIAGO

Penso que um governo popular é nossa grande utopia. Não bastam os slogans e as boas intenções. É preciso muito trabalho, um compromisso inarredável com a democracia e um esforço permanente de ampliação dos canais de participação popular em todas as esferas de governo.

Por outro lado é preciso que tenhamos um projeto político, com táticas e estratégias bem definidas, para que a sociedade não só perceba como apoio e se coloque como participe deste projeto. Um governo voltado, prioritariamente, para os excluídos; um governo que privilegie o trabalho ao capital; um governo que olhe os pobres não pelo aspecto da misericórdia ou da piedade, mas sim pela ótica do serviço da solidariedade e da cidadania.

Por fim temos que ter a clareza de que numa sociedade classista as elites não aceitarão abrir mão de seus privilégios. O Estado, sob um governo petista, deve saber enfrentar este problema. Seja cooptando os setores médios ou abarcando setores do empresariado nacional que não se coloca de joelhos diante da internacionalização da economia.

CAND. **31** JÚLIO QUADROS

O cenário das eleições de 2002 ainda não está configurado. Os partidos governistas possuem uma extensa base política em governos de Estado e prefeituras. Dispõem de maioria parlamentar. Têm enorme poder econômico e controle de grande parte dos meios de comunicação. Não vacilarão em utilizar todos os meios para impedir que a esquerda ganhe o governo da nona economia industrial do mundo e transforme o Brasil numa alternativa para o mundo. Por tudo isso, não devemos confundir a falência histórica do neoliberalismo com sua falência política. Neste contexto, lutamos por um governo que enfrente o capital financeiro, nacional e internacional, e os instrumentos que garantem sua dominação, a começar pelo governo norte-americano. Um governo que inicie a conversão de nossa economia, rompendo com a lógica que orienta o desenvolvimento do capitalismo dependente. Um governo que invista na radicalização da democracia e convoque uma Assembléia Constituinte. Um governo representativo de forças e partidos comprometidos com a luta pelo socialismo.

CAND. **41** MARKUS SOKOL

É hora do PT apresentar-se candidato a encabeçar um novo governo, um governo de emergência porque a situação do país é de emergência, apoiado na CUT e nas organizações populares, e aberto a todos setores dispostos a romper com o FMI.

O primeiro ato desse governo deve ser devolver a palavra ao povo por meio da convocação de eleições livres para uma Assembléia Constituinte Soberana. Para não se ver condenado ao controle dos mesmos picaretes que controlam o Congresso Nacional. Foi o que começou a se fazer na vizinha Venezuela. Este é um meio para estabelecer a soberania e sustentar um governo que adote as medidas que a situação exige.

Que saída pode ser mais democrática do que essa? Um governo que busque, através da genuína democracia, o apoio do povo trabalhador, a grande maioria da nação, para atender suas reivindicações. E não, como alguns propõem, por meio da falsa “participação popular”, aplicar as “políticas sociais compensatórias” recomendadas pelo Banco Mundial a qualquer governo, para anestesiar o povo enquanto se paga a dívida e faz o ajuste.

CAND. **51** RAUL PONT

Se não houver nenhuma manobra constitucional, do tipo parlamentarismo, herdaremos um regime presidencial centralizado e com uma grande concentração de poder executivo. No Brasil, o orçamento público é tarefa e atribuição do Poder Executivo. O Congresso apenas o autoriza. No campo tributário a União detém quase 2/3 da receita disponível total. Portanto, mesmo diante de obstáculos e forças reacionárias poderosas, há uma grande capacidade de iniciativa do Governo Federal numa relação direta com a população organizada e com o estabelecimento de uma outra relação federativa com Estados e municípios. Sem utilizar mecanismos autoritários e anti-democráticos é possível estabelecer outros mecanismos na ação federativa por meio de instrumentos de decisão e consulta popular. Uma das principais tarefas do partido nesta fase de renovação das direções e preparação do Encontro que vai definir programa de governo é o coesamento partidário em torno de propostas de democracia participativa ampliadas para o âmbito nacional.

CAND. **61** JOSÉ DIRCEU

Um governo democrático e popular deve desencilhar uma ofensiva reformadora para uma nova correlação de forças na sociedade, para enfrentar com êxito o problema da governabilidade e do poder. A articulação da luta popular e institucional é decisiva neste novo período histórico.

A democracia política, que deve ser objetivo do governo popular, deve priorizar os direitos humanos e a cidadania, a reforma das instituições e da representação política e o controle democrático do Estado pela sociedade.

O Brasil precisa de uma ampla e profunda reforma política e institucional com vistas a democratizar o poder e conferir eficácia e governabilidade ao sistema político, democratizar os meios de comunicação e garantir a participação dos consumidores nas agências de regulação para universalizar serviços e garantir sua qualidade. Estas são as preliminares para um novo governo e para uma nova maioria política e social realizar as mudanças que o Brasil precisa, na convicção de que um outro Brasil é possível.



continuação

Apesar de otimista, Sokol faz questão de ressaltar o fato de que os debates atingem ainda um universo muito pequeno do PT. Trabalhando-se com a idéia de que São Paulo, por exemplo, conta com um universo de 227 mil petistas, e aproximadamente mil pessoas participaram do debate, “como votarão os outros?”, indaga.

#### Discussões democráticas

Fechando a tríade gaúcha, o ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont acredita que os debates produzirão “a construção de propostas consensuais para nossos governos e para o programa de governo para 2002”.

“Os debates mostram que as pessoas se ouvem, por mais acirradas e polêmicas que sejam as discussões. Isso é normal em um partido democrático como o PT”, comentou. Como exemplo, citou as discussões que ocorreram por mais de uma década sobre proporcionalidade nas executivas. “Quando chegamos ao I Congresso todas as correntes do Rio Grande do Sul defenderam a proporcionalidade”.

Pont também tem sentido boa receptividade em suas visitas a outros Estados. “Meu objetivo é fortalecer e consolidar o nosso projeto. E isso tem acontecido, apesar de haver um envolvimento desigual da militância de região para região”, avaliou.

Na opinião do deputado federal José Dirceu, presidente nacional licenciado, a decisão mais acertada do partido nos últimos tempos foi a criação

do Processo de Eleições Diretas. “Essa decisão vai dar legitimidade às novas direções e aumenta a participação dos militantes”, disse Dirceu, que contou estar cansado, mas satisfeito e feliz.

“Os debates têm sido concorridos e polêmicos”, avaliou. Ele elenca quatro pontos que acredita serem os mais importantes nas discussões ocorridas até agora: o PED, o Estatuto do PT, programa de governo e política de alianças.

Dirceu enaltece a qualidade dos encontros, mas não esconde sua irritação com o incidente no debate no Rio Grande do Sul, quando foi vaiado. “Uma coisa é vaiar, outra é impedir um candidato de falar”.



#### Um olhar de gênero

As imagens projetadas no debate em São Paulo são reveladoras. À mesa, um retrato essencialmente masculino. Um giro de 180 graus e destaca-se a forte presença de mulheres dentre os participantes.

As intervenções do plenário foram sorteadas, é verdade. Mas, frente às explanações realizadas, seria o caso de perguntar-se: por que tão exígua ainda é a voz das mulheres ao microfone?

## CHAPA: 50 SOCIALISMO OU BARBÁRIE

# Enfrentar os senhores da dívida

Apagão, oposição forte nas pesquisas, contágio argentino, corrupção na base do governo... Diante disto, muitos passaram a dar a batalha de 2002 como vencida, profetizando que “só o PT é capaz de derrotar o PT”.

Mas o governo não está morto, o grande capital está em movimento e a banca internacional está disposta a intervir. Um exemplo é o acordo com o FMI. Seus termos são draconianos e os valores envolvidos insuficientes para conter o “contágio”, caso a Argentina quebre definitivamente. Mas o relevante é a disposição de impedir que a crise crônica transforme-se em crise aguda.

Neste cenário, o PT deve dizer claramente que temos duas opções: mudar de modelo ou fazer todas as concessões para continuar atraindo capitais, que aumentam ainda mais nossa dependência de recursos externos.

A transição do modelo atual para outro exigirá quebrar o círculo de ferro da dependência, que tem no endividamento externo uma de suas facetas. FHC e Malan afirmam que “a dívida externa é principalmente privada” e “falar em suspensão de pagamentos prejudicaria os investimentos no país”.

Hoje a maior parte da dívida externa é “privada”, tendo saltado de US\$ 55 bilhões, em 1993, para US\$ 141 bilhões, em 1999. Salto que foi, não por coincidência, acompanhado pelo crescimento da dívida pública interna. Os grandes empresários pegaram empréstimos no exterior, a taxas de juros baixas, e “investiram” no país a taxas de juros várias vezes maiores.

O governo manteve altos os juros, sob o pretexto de atrair capitais estrangeiros, que vêm para cá “financiar” nosso déficit em conta corrente, que não para de crescer entre outros motivos porque mantemos os juros altos.

Por trás deste círculo vicioso existem fortes interesses financeiros. Os grandes capitalistas se financiaram com dinheiro barato, o governo paga a conta aumentando impostos, cortando gastos sociais e fazendo novos empréstimos.

Vale lembrar que quando um grande capitalista pega um empréstimo externo, ele gera uma dívida em dólares. Na hora de pagar esta dívida supostamente privada, o grande capitalista precisa de dólares, que são atraídos pela economia brasileira graças à política de juros altos, privatizações,

facilidades ao grande capital estrangeiro, salários arrochados para que o país possa exportar produtos mais “competitivos” etc.

Se o governo brasileiro suspender o pagamento da dívida externa, sofreremos retaliações? Sim. Podemos raciocinar com otimismo e concluir que, após alguns rosnados, os grandes capitalistas se acomodarão à nova situação, para não perder as vantagens de negociar com um país do tamanho do Brasil.

Mas vamos imaginar que eles levem a cabo suas ameaças: cessará o financiamento externo do consumo local; bloqueio de parte das importações e exportações; interrupção dos “programas sociais” alimentados por recursos de organismos internacionais; ataques à “imagem” do país; ferrenha oposição, interna e externa, que pode até desembocar em tentativas golpistas.

Achamos que o país tem como suportar a retaliação dos credores. Grande parte do que nós importamos pode ser produzido aqui. Existem outros consumidores e fornecedores no mercado internacional, com quem podemos negociar em caso de bloqueio. O “financiamento externo” da nossa economia, ao menos nos termos atuais,

causa mais prejuízos do que vantagens.

Se houver vontade política e apoio popular, a resistência é possível. E se o apoio popular e internacional for significativo, diminui bastante a chance de golpismos internos e agressões externas serem vitoriosos.

Afinal, não se pode desconsiderar o peso geopolítico do Brasil para a América Latina e mesmo para o sistema financeiro. Isto é um trunfo a nosso favor para influir e liderar processos de desmonte dos mecanismos e organismos de agiotagem internacional.

Vale a pena enfrentar a fúria dos credores. Pois a pergunta não deve ser só “o que nos acontecerá, se tomarmos uma atitude firme”, mas também “o que acontecerá se as coisas continuarem como hoje”: mais desigualdade social, mais violência, mais desesperança.

ASSINA

**Júlio Quadros**, presidente licenciado do PT/RS; **Renato Simões**, deputado estadual (SP); e **Valter Pomar**, 3º vice-presidente nacional do PT.



Entrevista com os presidentes

## 5 Que propostas defende para a política comercial externa, em particular Alca e Mercosul ?

CAND.: 11 JOSÉ FORTUNATI

O Brasil pode e deve participar ativamente dos fluxos internacionais de comércio, no entanto, o comércio exterior deve ser planejado a partir da estratégia de desenvolvimento que objetiva a melhoria acelerada de todos os indicadores sociais. Assim, para nós, é absurda a situação atual em que a abertura externa gera crescentes desequilíbrios nas contas externas. A reorientação econômica que propomos alterará a política comercial e exclui a participação na Alca. Em relação ao Mercosul, entendemos que as nossas propostas são as mais adequadas também para o desenvolvimento do bloco de países, desde que sejam promovidas mudanças nessa integração hoje alienada dos problemas sociais da região.

CAND.: 21 TILDEN SANTIAGO

O Brasil precisa se colocar como o líder (nunca como explorador) dos países vizinhos, dos chamados países emergentes e das nações do terceiro mundo. O Mercosul precisa ser revitalizado com a entrada de novos parceiros e abertura para mercados asiáticos e africanos numa retomada terceiro mundista, nada retrógrada, mas que afetaria os interesses americanos no continente.

Nas relações bilaterais devemos exigir reciprocidade de qualquer país que conosco comercialize. Onde houver protecionismo o Brasil não deve temer renegociar acordos e contratos.

A Alca só serve à geopolítica americana e aos seus planos de total controle da América Latina, local privilegiado para desaguar os excedentes americanos. O Brasil, junto com o Mercosul, precisa se fortalecer para negociar, com força, com os demais blocos econômicos que ora se formam. A adesão pura e simples à Alca pode atender aos interesses das elites brasileiras, sonhadoras de um padrão americano de vida, mas em nada colaborará para tirar a maioria de nossa população da miséria.

CAND.: 31 JÚLIO QUADROS

Atual motor da economia mundial, os EUA encerraram um ciclo de expansão que vinha desde 1991. A situação pode arrastar os demais países a uma devastação financeira e econômica cruel, semelhante aos desdobramentos da crise iniciada em 1929. O governo Bush reage, tentando ampliar sua dominação sobre o continente latino-americano. Esta política sintetiza-se, hoje, em duas iniciativas: a Alca e o Plano Colômbia.

Com a Alca, os EUA, em sua disputa por mercados com a União Européia e o Japão, pretendem reservar para suas exportações os mercados latino-americanos. Ao mesmo tempo, ao adotar políticas restritivas contra o livre trânsito dos trabalhadores, os EUA mantêm um “mercado de força de trabalho mal-remunerada” à sua disposição.

Ao aderir à Alca, cada país latino-americano sacrificará sua autonomia econômica em troca de uma suposta abertura do mercado norte-americano, para produtos primários e manufaturados com pequeno valor agregado. O Brasil não precisa da Alca, os Estados Unidos é que precisam do Brasil para que a Alca aconteça.

CAND.: 41 MARKUS SOKOL

O novo governo deverá se pautar pela soberania nacional. Portanto, retirar-se das negociações da Alca, um projeto imperialista de desmantelamento das nações – direitos e regulamentações – substituídas por protetorados “livres” para os especuladores e multinacionais.

Será preciso enfrentar a globalização, o cerco dos banqueiros e das anti-democráticas instituições da ordem mundial – como a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e FMI. Nosso maior aliado do governo serão os povos e as nações igualmente ameaçados pela globalização, os trabalhadores e a juventude que, sem dúvida, se solidarizarão com um governo que enfrente o imperialismo. A começar dos trabalhadores, da juventude e outros setores nos próprios EUA.

A soberania nacional significa também anular todos tratados desregulamentadores, como o Mercosul, que está destruindo setores inteiros da nossa agricultura e indústria em benefício das multinacionais. Assim como articular a resistência ao Plano Colômbia que pretende introduzir um protetorado norte-americano na Amazônia.

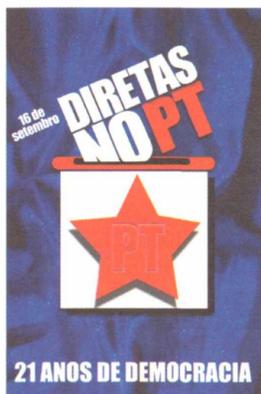
CAND.: 51 RAUL PONT

De Seattle, em fins de 1999, a Gênova em 2001 a resistência ao neoliberalismo cresce. Já alcançou vitórias parciais como o bloqueio do “Acordo Multilateral de Investimentos”. Mas o grande capital continua ofensivo, por exemplo, na América Latina, com a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O Fórum Social Mundial, de janeiro deste ano em Porto Alegre, mostra que há convergências nestas lutas e sua segunda edição em 2002 poderá avançar no programa alternativo ao neoliberalismo. Um governo do PT assumirá um papel de enfrentamento da hegemonia norte-americana e contribuirá para uma outra integração regional, redefinindo o papel do Mercosul. Como governo e como partido, devemos garantir ofensividade política em experiências exitosas como a Rede Merco-Cidades e o Fórum de São Paulo que, juntos com o Fórum Social Mundial, são instrumentos importantes para levarmos uma política externa, não limitada à América Latina, pautada pela independência, autonomia e soberania diante dos mecanismos de controle imperialistas.

CAND.: 61 JOSÉ DIRCEU

A implantação da Alca, como está sendo proposta, representará para as economias latino-americanas a desestruturação de parte do seu sistema produtivo e a anulação de sua soberania. A agenda de negociação não inclui mecanismos democráticos de gestão, fundos de compensação para as economias mais frágeis como foram utilizados na União Européia, garantias para manutenção da capacidade industrial e agrícola, preservação do meio ambiente e do nível de emprego. A assimetria na Alca beneficiará os EUA, que concentram 77% do PIB do hemisfério. Estão sendo negociadas concessões comerciais e novos direitos para as empresas transnacionais acima do poder jurídico nacional. Como alternativa à Alca, o Brasil deve lutar pela abertura dos mercados dos países ricos, preservar sua vocação multilateral de comércio, estimular o fortalecimento do Mercosul em novas bases políticas, institucionais, tecnológicas e culturais. A integração latino-americana é o nosso projeto estratégico para redefinir a correlação de forças no continente.



CHAPA: **70** MOVIMENTO

# Auditoria das dívidas, um caminho para o Brasil

**MOVIMENTO**

O Brasil recorre mais uma vez ao FMI. Os representantes brasileiros Malan e Fraga aparecem na imprensa como os grandes negociadores que conseguiram um empréstimo de US\$14,6 bilhões. Que diferença em relação a outras épocas históricas! Até os anos 80, quando se falava em recorrer ao FMI, havia uma grande mobilização popular denunciando a perda de nossa soberania. A referência para esta mudança de comportamento pode ser situada em 1989, quando o vice-presidente do Banco Mundial apresenta um plano denominado Consenso de Washington, a ser seguido pelos países subdesenvolvidos.

A ajuda do FMI ficaria condicionada a este projeto. No Brasil, é com FHC que se atinge a plenitude do enquadramento. O Plano Real busca a estabilização através da abertura comercial, valorização cambial, desregulamentação, privatização, manutenção de elevadas taxas de juros internas.

A existência de um grande volume de reservas em moeda estrangeira (dólar) garantiria a manutenção do real no valor fixado pelos idealizadores do plano. A estabilização conseguida desta forma é autofágica pois, quanto mais se gasta dinheiro público para estabilizar a moeda, mais se desestabilizam

as contas públicas, pois fica como única saída a elevação da taxa de juros para atrair o capital. Conseqüência desta dinâmica:

1 - Desativação da produção interna (desindustrialização) e/ou crescimento ridículo de nossa economia.

2 - Ampliação exacerbada da dívida pública. A dívida interna, ao lado da dívida externa, constitui um dos pilares estratégicos do padrão de financiamento implantado através do Plano Real. Ela tem tido um crescimento puxado pela conversão da dívida externa em interna, à medida que o Bacen, para evitar novas emissões de moeda, lança títulos, bônus e outros papéis para captar moeda nacional, a juros muito mais altos que os juros internacionais atuais, endividando-se internamente em níveis jamais iguais na história do país.

A cega obediência às imposições do FMI está custando muito caro à nação. A sociedade tem sido pesadamente sacrificada em decorrência dos cortes crescentes nos gastos públicos, representados principalmente pela restrição dos investimentos em saúde, educação, reforma agrária, redução de pessoal, congelamento salarial e investimento em infraestrutura.

As estratosféricas taxas de juros internas tornam a dívida pública uma verdadeira bola de neve.

E, para completar, gerando uma extrema vulnerabilidade, provocada pelo próprio endividamento, pela dependência de capitais estrangeiros e pela adoção de políticas econômicas equivocadas. Qualquer crise em qualquer parte do mundo atinge intensamente a economia brasileira.

Socialmente, aumenta a concentração da renda e da riqueza, impedindo o crescimento econômico e sacrificando todo o povo.

Tudo isto para se conseguir um superávit fiscal, acordado com o FMI pelos negociadores.

Mesmo assim, as reservas caem e, em 1998 e em 2001 recorre-se novamente ao FMI, para empréstimo respectivamente de 41,5 e de 14,6 bilhões de dólares. Os empréstimos vêm junto com o monitoramento do FMI que, trimestralmente, vem verificar as metas fixadas.

Portanto, o modelo que aí está já mostrou ser incompatível com os nossos interesses. Precisamos retomar o nosso projeto democrático popular para o Brasil. O país tem enormes possibilidades econômicas, recursos naturais e humanos. Torna-se

necessário a retomada das utopias humanistas e revolucionárias e de um projeto de desenvolvimento que seja fruto de uma construção coletiva. Este foi o projeto sonhado quando construímos o PT. Neste sentido é que deveremos assumir as propostas que o movimento social tem elaborado para as dívidas:

- Auditoria da dívida externa, apoiada por mais de seis milhões de pessoas que votaram no plebiscito.

- Não assumir o pagamento da dívida interna em detrimento da dívida social.

- Redução das taxas de juros para viabilizar o investimento produtivo e reduzir o crescimento das dívidas.

- Parar com as privatizações e rever as já realizadas.

Estas propostas só são viáveis a partir de uma outra lógica de desenvolvimento, onde o social e o humano sejam os determinantes da história.

ASSINA

**Aluísio Marques**, membro da Executiva Estadual de Minas Gerais; **Romênio Pereira**, membro do Diretório Nacional; e **Virgílio Guimarães**, deputado federal PT-MG.



## PED em números

O Processo de Eleições Diretas do PT, além de único na história partidária do Brasil, está servindo também para dimensionar o tamanho do Partido dos Trabalhadores em números. Acompanhe a seguir levantamento preparado pela Secretaria Nacional de Organização.



A relação dos participantes do PED ainda não está finalizada. Publicamos agora a última versão, atualizada em 17 de agosto.

★ O PT está organizado em **4.016 municípios** (72% dos municípios brasileiros).

★ O PED será realizado em **2.834 municípios** (71% dos organizados - 51% dos municípios brasileiros).

★ Estão inscritas **121 chapas** estaduais.

★ São **105 candidatos** a presidentes estaduais.

★ **851.047 filiados** aptos a participar das eleições

★ **Urnas eletrônicas** em **184 municípios**, que abrangem 496.301 filiados (58% do total).

★ **93% dos municípios** aptos têm **menos de 500 filiados**.

★ Somente **7% dos municípios** têm **mais de 500 filiados**, mas totalizam 62% dos filiados.

ELEITORES DO PED POR ESTADO 17/08/2001	
ESTADO	ELEITORES
AC	4.947
AL	5.475
AM	7.633
AP	4.457
BA	38.557
CE	28.720
DF	25.973
ES	14.324
GO	26.086
MA	8.571
MG	113.581
MS	24.400
MT	12.240
PA	33.938
PB	15.853
PE	37.361
PI	12.510
PR	41.534
RJ	14.635
RN	6.628
RO	10.447
RR	272
RS	98.208
SC	27.002
SE	6.940
SP	226.695
TO	4.060
<b>TOTAL</b>	<b>851.047</b>

Fonte: Núcleo Eleitoral

INTERNACIONAL

# Depois de Gênova, Washington

**Tchau, FMI!**  
Em Washington, nos dias 29 e 30 de setembro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) vão realizar nova reunião anual conjunta. Nos Estados Unidos, a juventude, os sindicatos e um amplíssimo leque de forças sociais que resistem ao neoliberalismo prepararam uma manifestação gigantesca, marcada para ocorrer no dia 29 de setembro, quando deixarão claro que também nos países ricos cresce a oposição às políticas sustentadas pelo FMI e Bird.

**Exclusão e luta social**  
Já no início do ano era possível prever que Washington seria, junto com Gênova, um dos principais momentos de contestação ao neoliberalismo em 2001. A juventude estudantil dos EUA recusa-se a fechar os olhos às injustiças globais. O sindicalismo prossegue em ofensiva contra a Alca e o Nafta, que elimina empregos, ataca direitos e destrói o ambiente também no país mais rico do planeta. Trabalhadores, jovens e organizações de esquerda mantêm, desde a batalha de Seattle, uma aliança que não se via nos Estados Unidos há muitas décadas. A guinada direitista ensaiada pelo governo Bush estimulou estes grupos a aprofundar suas críticas e multiplicar suas ações.

**Referência a Porto Alegre**  
Para ter idéia da amplitude das mobilizações programadas para Washington, vale a pena visitar dois sites construídos especialmente para articular a ação dos que resistem. Em <http://www.globalizethis.org/s30> estão as iniciativas da juventude, dos ambientalistas, dos grupos de apoio ao Terceiro Mundo. Lá é possível encontrar, em vários idiomas, o manifesto que convoca os protestos. "O FMI e o Banco Mundial são os principais arquitetos da globalização neoliberal", lembra o texto. Por isso, "nossa mensagem tem que ser clara: o movimento por justiça global continua a crescer e não vai tolerar os esforços contínuos destas instituições e dos governos do G7 para estruturar o mundo em benefício das corporações e dos ricos". Mais adiante, há referência explícita ao Fórum Social Mundial: foi lá, dizem os organizadores das manifestações, "que recebemos apoio de muitas entidades para realizar os protestos de setembro deste ano".

No mesmo site aparece a série impressionante de atividades preparatórias. Elas estão ocorrendo em dezenas de cidades, e aliam densidade política a criatividade. Há *bicicletatas* (marchas em bicicletas) contra a Exxon, caminhadas contra o

Citibank, jornadas contra o Plano Colômbia, oficinas sobre direitos das mulheres e ação direta não-violenta, debates sobre imigração...

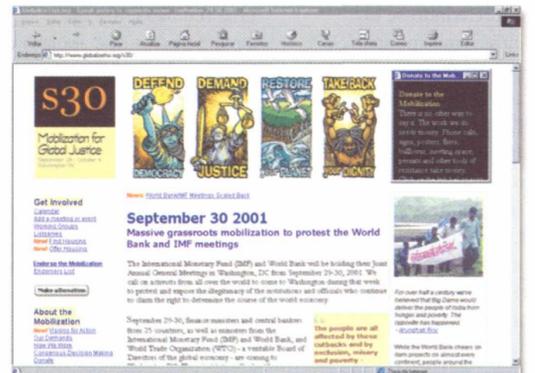
Um outro site ([http://www.aflicio.org/globaleconomy/global\\_justice.htm](http://www.aflicio.org/globaleconomy/global_justice.htm)) foi criado pelos sindicatos. Conhecia durante décadas por seu conservadorismo e ação anticomunista, a principal central sindical dos norte-americanos (AFL-CIO) vive há alguns anos uma guinada à esquerda. Participou ativamente da Batalha de Seattle. Está convocando, para 26/9 a 1/10, uma Semana de Ação por Justiça Global, que talvez seja a principal prova de sua evolução. A pauta inclui um Encontro pela Igualdade entre Homens e Mulheres, uma Marcha em Defesa dos Imigrantes, aulas públicas sobre Banco Mundial, FMI e Economia Global. Para os sindicalistas, o dia mais importante é o 30 de setembro. Uma marcha sobre Washington exigirá o cancelamento das dívidas junto ao FMI e Banco Mundial, a não-concessão do *fast-track* (direito de negociar com outros países sem ouvir o Congresso) de que o governo Bush precisa para levar adiante a Alca, o não-lançamento da rodada mundial de liberalização comercial que a OMC quer iniciar em novembro, no Qatar.

**Primeira grande vitória**  
Os grupos que procuram saídas contra o FMI alcançaram no dia 11 de agosto uma primeira grande vitória. Num movimento inédito, e classificado pelo *Washington Post* como "dramático", o Fundo e o Banco Mundial anunciaram que realizarão em apenas um fim-de-semana uma reunião antes prevista para durar seis dias. O "enxugamento" foi claramente atribuído aos protestos. Num movimento simultâneo, contudo, a polícia de Washington anunciou que prepara a repressão e o cercamento da parte da cidade.

**Organização na rede**  
As duas páginas de internet estão cheias de pedidos de solidariedade. Elas convidam para ir à capital do Império protestar mas sugerem, acima de tudo, uma mobilização internacional: que em todo o planeta os que resistem digam não ao FMI e ao Bird, sim à sociedade nova que queremos construir.  
Desta vez, os preparativos para incluir o Brasil no mapa mundial das mobilizações começaram mais cedo. Em São Paulo, organizações como ATTAC, CUT, Centro Cultural KVA, DCE-USP, Instituto Paulo Freire, MST, UNE, diversos centros acadêmicos e grêmios secundaristas já se articulam.

A idéia é organizar uma mobilização que some protesto, cultura e arte, e una todas as tribos que se opõem à globalização capitalista e que transmita duas mensagens: somos partidários, como os zapatistas, da idéia de outro mundo, em que caibam muitos mundos – e em que não haja exclusão de nenhum tipo. Além disso, nosso ato anunciará o futuro. Se o FMI e o Banco Mundial não são capazes de destruir nossa alegria e capacidade de criar, também não poderão impedir que surja, dos escumbros de país a que nos reduziram, um Brasil novo e rebelde.  
Nas semanas anteriores ao ato, militantes da luta contra o neoliberalismo e intelectuais progressistas serão convidados a participar de uma rodada de debates em escolas, universidades e organizações dos movimentos sociais. Entre outros temas, poderão ser discutidos os "planos de

ajuste estrutural", através do qual o FMI e as elites brasileiras desmontam os serviços públicos, para pagar juros aos especuladores; a dívida pública e o que ela nos custa; a Alca, que alguém já chamou de *Área Livre para Colonização Americana*; os projetos do Banco Mundial para privatizar o ensino público e impedir a reforma agrária; a dominação cultural do Brasil e como rompê-la.  
Uma "lista de discussões" na internet foi criada para permitir comunicação permanente entre os envolvidos nos preparativos. Para participar, basta enviar um email vazio (sem título e sem texto) para [TchauFMI-subscribe@yahoo.com](mailto:TchauFMI-subscribe@yahoo.com). Para informações mais detalhadas basta ligar para Diego: (11) 9600-9567. Quem se dispõe organizar atos em outras cidades, e quer trocar idéias, pode chamar no mesmo número, ou escrever para [attacnarua@yahoo.com.br](mailto:attacnarua@yahoo.com.br).



Sites viram instrumento de mobilização contra o neoliberalismo

## NACIONAL

## Código de Ética aprovado na CCJ

O deputado federal petista Waldir Pires (BA) considerou excelente a aprovação, no dia 15 de agosto, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados do parecer do deputado federal petista José Dirceu (SP) às 18 emendas feitas ao Código de Ética em plenário. O parecer foi aprovado por unanimidade com ressalvas a dez destaques. O Código é o primeiro projeto do chamado Pacote Ético a ser apreciado pela Câmara. É uma proposta apresentada pelo deputado Waldir Pires em 1992, quando era segundo vice-presidente da Mesa Diretora. O Código foi aprovado na CCJ e na Mesa da Câmara em dezembro de 2000 e desde então aguardava votação em plenário.

O deputado Waldir Pires enfatizou que o Código é uma tradição dos governos republicanos e que todos os parlamentos do mundo já possuem o seu. Ele defende que todas as informações de natureza parlamentar e do trabalho estejam ao alcance do conhecimento público acessível à opinião pública. Por este Código, qualquer cidadão comum poderá apresentar provas que possam denunciar atos que firam o decoro parlamentar. A urgência da votação é ponto pacífico para Waldir Pires. “A ética está na base dos valores essenciais da democracia e da República. É absolutamente indispensável que a Câmara atribua a si mesma, por intermédio dos deputados, os limites e normas do

comportamento de cada um deles e que possa, inclusive, dar à nação a contribuição de que deseja fortemente que os princípios da probidade do comportamento sejam afirmados na ação do parlamentar brasileiro.”

O parecer do deputado José Dirceu teve a contribuição de Waldir Pires para que fosse preservado o conteúdo do texto original do Código. A proposta cria uma Comissão Permanente de Ética e Decoro Parlamentar, considerado um avanço em relação ao Código de Ética do Senado que prevê um Conselho, com poderes limitados. A resolução segue novamente para votação em plenário.

## Boa imagem e ética

“Essa propaganda do Aécio pode até prejudicar”, disse o presidente nacional do PT em exercício, deputado federal José Genoíno (SP), sobre a decisão do presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), de investir R\$ 8,5 milhões numa campanha publicitária para reverter o desgaste da imagem do trabalho legislativo. O dirigente petista considera que “melhor que gastar todo este dinheiro é aprovar a agenda ética”. Genoíno citou medidas defendidas pelo PT na agenda ética em tramitação, como a substituição do recesso parlamentar por um mês de férias ou a restrição da imunidade parlamentar. “Se o Jader não for punido, este dinheiro todo não servirá para nada”, disse Genoíno.

## SENADO

## Caso Jader: discurso sem fatos novos

“O discurso de Jader não acrescenta fatos novos à investigação”. Esta é a avaliação da senadora petista Heloísa Helena (AL) sobre a defesa do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), na tribuna do Senado, no início da tarde do dia 15 de agosto, das acusações de envolvimento em irregularidades no Banpará, entre outras, contra ele que estão sendo examinadas pelo Conselho de Ética. A senadora petista afirma que os indícios contra Jader são mais incisivos que sua defesa. “Ele não negou a participação na fraude e eu continuo concordando com os termos da nota técnica”, disse a petista, referindo-se a documento do Ministério Público anexo ao processo que incrimina o senador licenciado. Heloísa considera o discurso de Jader mais uma

peça de trabalho para o Conselho de Ética avaliar.

Jader baseou-se em reportagens da Revista IstoÉ, acusando-a de publicar informações falsas e mal averiguadas. Jader cita ainda o parecer do Banco Central, de 1992, que o exclui de responsabilidade por desvios de verbas do banco. A senadora petista diz que este é outro tópico a ser investigado. Foi adiada a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado do procurador do Banco Central, José Coelho Ferreira, indicado ao Supremo Tribunal Militar pelo presidente Fernando Henrique. A senadora petista pediu vistas do processo. “Este procurador só pode ser sabatinado após a investigação, porque é suspeito ao inocentar Jader em seu relatório”, diz ela.

## PARANÁ

## Venda da Copel: derrota para Lerner

O presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Hermas Brandão (PTB), suspendeu no dia 15 de agosto a sessão que votaria o projeto de iniciativa popular que proíbe o governo de privatizar a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), devido à ocupação promovida por estudantes no plenário. O deputado estadual petista Irineu Colombo (PR) considera este episódio uma derrota parcial do governo do Estado. “É uma derrota política, pois a população apóia as mobilizações contra a venda da estatal”, diz o petista referindo-se às pesquisas que apontam 93% da população contra a venda da companhia energética.

Colombo conta que foram 21 horas seguidas de uma sessão tumultuada por “golpes contra o regimento da Casa”. “Houve até pancadaria por desrespeito à questão de ordem de deputados”, explica o petista. Dos 54 deputados, o governo tinha 28 contra o projeto. A ocupação pelos

estudantes ocorreu quinze minutos antes do início previsto para a votação. Os estudantes continuaram ocupando as galerias e o plenário da Assembléia, enquanto do lado de fora dezenas de policiais faziam um cerco, não permitindo a entrada de mais ninguém. O acampamento continua por tempo indeterminado.

Outro fato relatado pelo deputado petista que muda o quadro político é a internação do deputado estadual Luiz Fernandes Litro (PSDB) em um hospital de Curitiba para fazer exames de coração. O deputado passou mal durante uma reunião entre os parlamentares que apóiam o governo do Estado. Litro sofreu uma grande pressão durante toda a noite, pois havia declarado um voto contrário à venda da Copel. Porém, durante a sessão do dia 15, ele juntou-se à bancada governista. “Temos informações de que o deputado não estará na sessão, pois seu estado inspira cuidados, o que torna a votação empatada”, revela o petista.

## PT emite nota contra a espionagem do Exército

Em nota emitida pelo PT no dia 17 de agosto sobre o episódio das denúncias de espionagem do Exército contra movimentos sociais, o presidente nacional do partido em exercício, deputado federal José Genoíno (SP) e o líder da bancada petista na Câmara, deputado federal Walter Pinheiro (BA) ratificam que não existe qualquer acordo com o Planalto sobre o assunto. A nota aponta ainda as medidas tomadas pela bancada petista exigindo explicações do governo e do Exército sobre o assunto. Leia a íntegra do documento:

## CONTRA A ESPIONAGEM

A Coordenação da Bancada do PT não fez nenhum acordo com o Planalto sobre a questão da espionagem realizada por órgãos do Exército contra movimentos sociais e contra nosso partido. A Coordenação, por unanimidade, considera que, para a defesa da instituição, o correto é abrir uma investigação sobre os responsáveis por estes atos ilegais e não permitir que eles se repitam.

Tampouco é verdade que o PT nada fez a respeito do episódio da espionagem. Por iniciativa dos deputados petistas Nelson Pelegrino e Luiz Eduardo Greenhalgh, a Comissão de Direitos Humanos convocou o ministro Geraldo Quintão, da Defesa, e o General Alberto Cardoso, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para deporem sobre o assunto. Esta audiência está marcada para a próxima semana. O líder do PT, Walter Pinheiro, protocolou dois requerimentos de informação junto à Mesa da Câmara sobre o mesmo assunto. Também o deputado Marcos Rolim apresentou requerimento de convocação dos ministros concernidos.

Não há divergência na Bancada sobre a questão, todos consideramos que o Exército é uma instituição nacional, permanente e respeitável e que sua atuação deve se circunscrever aos limites estabelecidos pela Lei, lembrando que o PT sempre defendeu que as atividades de inteligência estejam submetidas a controle externo.

Brasília, 16 de agosto de 2001.

Deputado Walter Pinheiro, líder do PT  
Deputado José Genoíno, presidente em exercício do PT



O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:  
Assinatura anual: R\$ 50,00

- 1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.  
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)  
 3) Cobrança bancária.  
 4) Cartão de crédito:  
 Visa  Mastercard  Diners  
Número do cartão: \_\_\_\_\_  
Data de validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_ Tel \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Sexo:  Masculino  Feminino  
Filiado ao PT:  Sim  Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana - 04117-091 - São Paulo - SP  
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

## NOTAS

## Questão socioambiental em livro



Chega às livrarias o livro “O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil”, pela Editora Fundação Perseu Abramo. O livro é organizado por Gilney Viana, Marina Silva e Nilo Diniz e tem textos escritos por pesquisadores, dirigentes políticos e militantes de organizações não-governamentais, entre os quais podem se destacar os nomes da própria Marina Silva, e de Leonardo Boff, Ermínia Maricato e Carlos Minc.

Com 368 páginas, o livro custa R\$ 30,00. Mais informações podem ser obtidas no site da Fundação Perseu Abramo: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br).

## Políticas públicas de combate ao racismo

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e a Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores realizam o Seminário Nacional de Formação Política — Construindo Políticas Públicas de Combate ao Racismo, que acontecerá entre 17 e 19 de agosto na Escola Sindical Sul, Bairro Ponta das Canas, Florianópolis (SC). Entre os objetivos do seminário estão a construção de uma proposta política que oriente a militância anti-racista do PT e o desenvolvimento de um Plano de Ação para os governos do PT e das Frentes Populares.

## Inscrições de Curso para Vereadores

Encerram-se no próximo dia 25 as inscrições para o Curso de Formação de Vereadores. As inscrições podem ser feitas mediante preenchimento da ficha de inscrição, pagamento da taxa de R\$ 45 e envio do comprovante de depósito até o dia 25 ao Diretório Nacional. A ficha de inscrição pode ser obtida contatando o fone (0xx11) 233-1320. O depósito deve ser feito no Banco do Brasil, agência 3323-5 – conta corrente 13000-1 – Partido dos Trabalhadores. O comprovante deve ser enviado à Rua Silveira Martins, 132, para a Secretaria Nacional de Formação do PT, São Paulo, CEP 01019-000.

## Instituto Cidadania debate projeto Fome Zero

O Instituto Cidadania, organização não-governamental que conta com o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva em sua diretoria, realiza em 20 de agosto um debate público sobre o projeto Fome Zero que tem por objetivo mostrar como é possível, a partir de uma política nacional integrada, acabar com o flagelo da fome no país.

O debate será no Salão Azul do Sindicato dos Bancários, na rua São Bento, 413, no Centro de São Paulo. Estão previstos outros debates públicos até o seu lançamento oficial em Brasília, no Dia Mundial de Alimentação (16 de outubro). O texto do projeto já está disponível na Internet ([www.icidadania.org.br](http://www.icidadania.org.br)). Para confirmar presença no debate é preciso entrar em contato com Cida Cunha, Maya Takagi ou Ricardo Zerbino pelo telefone (0XX11) 6915-7795.



## CUT comemora 18 anos

No próximo dia 28 de agosto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) completa 18 anos de vida e luta. A programação das comemorações nacionais, em São Paulo, já foi divulgada e encerra-se com um grande show no Parque do Ibirapuera no dia 9 de setembro. Conheça a programação:

**28 de agosto** - solenidade às 19 horas, no pavilhão (antiga fábrica Matarazzo) em frente à sede da CUT, com estacionamento coberto e gratuito.

**30 de agosto** - debate às 15 horas, também no pavilhão. O tema será “Emprego: o desafio da década.” Os debatedores: deputado federal Aloísio Mercadante (PT-SP), Antônio Kandir, Delfim Neto e Luis Gonzaga Belluzzo. O mediador será o Heródoto Barbeiro e com transmissão ao vivo pela CBN.

**31 de agosto** - baile às 20 horas, no pavilhão. Animação da Orquestra Osmar Milani e da Banda Bicho de Pé.

**02 a 06 de setembro** - Caravana de Solidariedade aos Atingidos pela Seca e pela Exclusão Social.

**09 de setembro** - 10:30 horas, Grande Show no Parque do Ibirapuera.

## Emir Sader faz palestra em Londrina

A Prefeitura de Londrina, cidade do Norte do Paraná administrada pelo PT, realiza dia 5 a palestra “A crise brasileira e os dilemas da esquerda”, que será realizada pelo professor Emir Sader. A palestra marca o 50º aniversário da Biblioteca Pública de Londrina e será realizada às 20h no Teatro Zaqueu de Melo, na avenida Rio de Janeiro, 413, no Centro de Londrina.

## EXPEDIENTE

## PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT  
José Genoíno (em exercício)

APOIO ADMINISTRATIVO  
Ana Troccoli

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO  
Ozeas Duarte

ILUSTRAÇÕES  
Vicente Mendonça

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Fernanda Estima - MTb 25075

SEDE  
Rua Silveira Martins, 132,  
São Paulo, SP, CEP 01019-000

REDAÇÃO  
Rosana Ramos, Fernanda Estima,  
Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier

Tel.: (011) 233-1313  
Fax: (011) 233-1349  
E-mail: [ptnot@pt.org.br](mailto:ptnot@pt.org.br)  
Página na internet: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

DIAGRAMAÇÃO  
Cláudio Gonzalez

Tragem: 8.000 exemplares  
Fotolitos e impressão: Artpress